

Ulysses quer consulta popular para reformas da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, já tem uma opinião muito clara sobre a atuação do Congresso Constituinte: o tema que promete maior debate, diz ele, será o capítulo "Da ordem econômica e social". E, nos casos mais polêmicos, poderia ser promovido um referendo, afirmou, dando como exemplo a adoção do divórcio pela Itália.

Os comentários do presidente do PMDB foram feitos, ontem, no gabinete da presidência da Câmara a três correspondentes estrangeiros. Outros 12 desistiram de esperar Ulysses, que se atrasou para o encontro devido à audiência com o presidente Sarney. Ulysses lembrou que o seu partido tem "presença majoritária" no governo, com 15 ministros, inclusive os responsáveis pela política econômica-financeira. Depois, defendeu a manutenção do processo de "gatilho salarial" (que consiste em autorizar o aumento salarial sempre que a inflação atingir o patamar de 20%). "Em suas bases fundamentais — acentuou — o Plano Cruzado não pode ser alterado." Ele manifestou-se também favorável à continuidade da política de crescimento e a um entendimento sobre a dívida externa, levando em consideração os problemas sociais do Brasil.

O presidente do PMDB disse aos correspondentes estrangeiros que a sociedade brasileira é "profundamente injusta", assegurando que a posição de Sarney é a mesma do PMDB, pelas reformas sociais. Diante do desempenho eleitoral do seu partido, observou Ulysses, há a disposição de aprofundar as mudanças, "quantificar e qualificar as mudanças mais prementes". Embora não seja possível resolver todos os problemas de uma só vez, "como num passe de mágica".

O presidente do PMDB disse também que o partido venceu limpamente, com a participação de seus ministros, mas sem usar a máquina governamental em seu benefício, como acontecia antes. Ressalvou a não-participação do ministro da Fazenda na campanha, "por razões óbvias" — mas não deixou de lembrar que Dilson Funaro o acompanhará ao Rio, para uma concentração pública que acabou sendo cancelada por causa da chuva.

CONSTITUINTE

Sobre a atuação do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães reafirmou seu ponto de vista favorável a um texto "enxuto". Acha que o PMDB não deverá fechar questão nas votações, deixando as questões em aberto. Cada constituinte, salientou, "votará cada tema conforme os seus princípios". Foi aí que disse acreditar que o tema que gerará mais polêmica será com certeza o capítulo "Da ordem econômica e social".

A respeito da duração do mandato presidencial, o presidente do PMDB e da Câmara voltou a considerar "muito longo" o fixado pela atual Constituição — seis anos. Ulysses acha mais razoável um mandato "de quatro ou cinco anos", ressalvando, sempre, que deverá haver entendimento a respeito.

Ele admitiu que há divergências sobre temas importantes, como a reforma agrária, a intervenção do Estado na economia, participação do capital estrangeiro ou a dívida externa. Para tentar resolver cada questão, o partido adotará a posição "de sempre", isto é, reuniões frequentes para fixar uma orientação. "O importante é que a Nação vai ser um grande foro constituinte. O País vai gravitar em torno disso", afirmou.

Para Ulysses Guimarães, não se pode construir um Estado politicamente aberto e economicamente fechado. Ele defendeu a livre iniciativa, cujos limites, segundo frisou, "estão delimitados pelo interesse público", explicando que acha que, "através de instrumentos da política fiscal, será possível fazer com que esse interesse prevaleça, sempre".

Ainda sobre a Constituinte, o presidente do PMDB declarou aos jornalistas estrangeiros que a grande preocupação será a de corrigir desníveis sociais: "Temos 'Biafrás' aqui mesmo no Brasil, e onde há fome não há lei", enfatizou. E prosseguiu defendendo a tese de que são necessárias uma ordem legal e uma ordem social mais justa, através da correção das desigualdades, "irrigando as áreas pobres com a seiva do desenvolvimento".

Ainda sobre o Plano Cruzado, Ulysses admitiu que "alguns reajustes são necessários", citando como exemplo o descongelamento seletivo dos preços, "desde que se faça a distinção do que é essencial para os trabalhadores — alimentação, principalmente — do que não é essencial." Depois, repetiu que muitos dos nossos problemas passam pela dívida externa, denunciando o que chamou de "hemorragia" — a remessa de mais de dez bilhões de dólares anuais para fora, em forma de pagamento. Mas fez questão de afirmar que o Brasil não pode declarar a moratória unilateralmente, embora a comunidade financeira internacional "tenha de olhar para os nossos problemas sociais na hora da negociação". COM

FRAGELLI

O presidente José Sarney será obrigado a agir com muita habilidade para enfrentar as pressões dos governadores eleitos no dia 15, que pelo raciocínio desenvolvido ontem pelo presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), passarão a reclamar maior fatia para o PMDB no governo.

Fragelli conversou ontem durante uma hora também com correspondentes estrangeiros e disse desconhecer as tendências dos futuros constituintes. Mas arriscou uma previsão: a reforma agrária será sem dúvida um tema sujeito "a grandes debates e controvérsias".

Na opinião manifestada aos 20 jornalistas de vários países, ele garantiu que o PMDB, por causa de sua expressiva vitória nas urnas, já não vai precisar da condição de pêndulo que o PFL manteve até aqui no Congresso brasileiro:

Disse ainda o senador por Mato Grosso do Sul não acreditar na implantação do regime parlamentarista no Brasil, justificando essa posição com o argumento de que "a nossa tradição opta pelo sistema presidencialista". Ele lembrou que o próprio Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, é presidencialista e, por isso, "o partido não vai, de um momento para o outro, virar parlamentarista".

Observou ainda que o governo brasileiro faz questão de conciliar os seus compromissos externos com uma política de desenvolvimento que combata a inflação, sem gerar desemprego, e que assegure salários razoáveis para os trabalhadores. Ele disse ainda que, nesse momento, ninguém no Brasil aceita atitude diferente.

Fragelli desaconselhou o caminho da moratória, revelando que o Brasil tem 78 dos 220 minérios existentes, tendo ainda necessidade de fazer maciças importações de bens de capital e serviços para manter atualizado o seu parque industrial. Por isso, frisou, considera "impraticável" a moratória unilateral.

ANC 88

Pasta Novembro/86

075